

As duras experiências de hiperinflação

JORGE ZAPPIA

Imagens dramáticas, de praças vazias, filas em supermercados e mulheres e homens carregando pacotes de dinheiro sem valor, estão gravadas na memória de alguns povos desde que se estruturaram as sociedades modernas. Nenhuma palavra as reaviva mais rapidamente que hiperinflação, esse fantasma que ameaça hoje a vida dos brasileiros e designa a inflação elevada à sua máxima potência destrutiva da atividade econômica e das esperanças de progresso social e material.

Esse caos econômico tem sua contraface no tratamento de choque, invariavelmente ortodoxo, através do qual se procura corrigir e estabilizar a economia controlando-se rigidamente a emissão de moeda, reduzindo-se os gastos do governo e, na variante mais moderna, congelando-se preços e salários. Muitos foram tentados, poucos deram certo.

A Alemanha de 1923, conhecida como República de Weimar, é o exemplo clássico de país que viveu as agruras da hiperinflação e experimentou o sucesso de um plano de estabilização. Em janeiro de 23, o dólar valia 18.000 marcos; em julho, a moeda americana chegou a 160.000 marcos e, em novembro, no auge da crise, os alemães tinham que juntar 2,5 trilhões de marcos para comprar um único dólar. As donas de casa iam às compras levando carrinhos cheios de dinheiro. Um pão custava até 200 bilhões de marcos e as crianças usavam as cédulas para fazer castelos de brinquedo. Para atender à demanda de moeda, o Banco Central alemão tinha em operação 1.783 máquinas impressoras e circulavam no país, no final daquele ano, 400 quintilhões de marcos, equivalente a 60 milhões de dólares.

A primeira tentativa de restaurar a ordem ocorreu entre fevereiro e abril de 1923, com o governo limitando-se a fixar a taxa de câmbio.



The Illustrated London News — 10/11/23

Em 1923, o marco alemão vira brinquedo de crianças

bio. Com a taxa estável, os preços estabilizaram-se num primeiro momento, mas voltaram a crescer por culpa do desequilíbrio no orçamento público. O segundo choque veio em novembro, na forma de medidas de emergência decretadas por um novo, e autoritário, governo. Criou-se uma nova moeda, o Rentenmark — 1 marco novo valia 1 trilhão de marcos velhos —, e impôs-se restrições à monetização do déficit, ou seja, ao financiamento desse déficit por meio de emissão de moeda. Foram postos na rua 700 mil funcionários públicos, aumentaram-se os juros, antecipou-se a cobrança de impostos. O preço social não foi barato: deserdados e desempregados acabaram

sustentando, na década seguinte, a expansão e ascensão do nazismo.

VIVENDO A 1.000%

Cenas como as vividas na República de Weimar tornaram-se comuns na Bolívia de 1984. Seus 6,6 milhões de habitantes conviveram, naquele ano, com uma inflação de 2.700%. O cenário, também lá, era de caos agravado pela desestabilização política: 195 golpes de Estado em 162 anos de vida como país independente. Em 1985, a projeção da inflação anual chegava a 116.000%. O Estado arrecadava apenas 15% de suas despesas, a diferença entre o câmbio oficial e o paralelo era de 2.000%. O choque veio em agosto de 1985,

dez dias depois da posse de Victor Paz Estenssoro, um político de 79 anos, eleito três vezes presidente e criador, na década de 50, do projeto econômico nacionalista e estatizante.

Com um decreto, nº 21.060, de 200 artigos, operou-se uma mudança radical no país: acabaram os subsídios aos alimentos, os preços e juros deixaram de ser tabelados, foi estabelecida a livre negociação salarial, as minas foram privatizadas, a moeda passou a ter cotação livre, 450 impostos foram substituídos por apenas sete e a ordem, para todo o governo, passou a ser não gastar mais que a receita. O governo também fez vista grossa, porém para os dólares do narcotráfico que ingressaram na economia, enfrentou com dureza as greves operárias e passou por cima do drama social representado pelo desemprego de milhares de pessoas. Colheu resultados economicamente expressivos: a inflação despencou de 2.700% em 84 para 66% em 86 e apenas 10,7% em 87.

EXPERIÊNCIA ISRAELENSE

Os israelenses, como os bolivianos, viviam a ameaça da hiperinflação em 1984, o que os levou igualmente a recorrer aos choques já a partir daquele ano, com o governo de Shimon Peres buscando ainda os acordos voluntários. Em 84, a inflação bateu em 450%, declinando para 185,2% em 85 como consequência do programa de ajustes, então compulsórios, que levou ao congelamento de preços e salários, cortes drásticos no orçamento oficial e criação de novos impostos, como para viagens ao Exterior. A inflação baixou de 1.000% ao ano para 1% ao mês e criaram-se, assim, as bases para o pacto social fechado em janeiro de 87, com a concordância dos empregos em receber 43% contra os 70% de reposição salarial que tinham anteriormente em troca de redução no imposto de renda e da continuidade do controle de preços de produtos e serviços.



The Illustrated London News — 27/10/23

Berlim: longas filas com milhares de desempregados



The Illustrated London News — 27/10/23

No Banco de Berlim, gigantesca produção de dinheiro